

M PAGAMENTOS S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 07.417.010/0001-40
Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras da M PAGAMENTOS S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, em 31 de dezembro de 2021 acompanhadas do Relatório do Auditor Independente. O objetivo estratégico da M PAGAMENTOS está orientado ao atendimento das necessidades de crédito, principalmente aos consumidores de sua controladora Marisa Lojas S.A. Além de tal objetivo, a M PAGAMENTOS também auxilia sua controladora a expandir sua base de clientes, bem como oferecer produtos e serviços que agreguem valor ao seu portfólio, e também a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou como pandemia em escala mundial o surto do Coronavírus

(Covid-19). O aumento volátil dos casos de Covid-19 no Brasil, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e presençação do bem estar e saúde de seus colaboradores, resultaram no fechamento temporário das lojas físicas da Marisa Lojas S.A. tanto em 2020 como 2021, o que afetou, portanto, as operações da M PAGAMENTOS. Adicionalmente, para 2021, uma série de ações foram tomadas para garantir a qualidade e rentabilidade da carteira de clientes, tanto na concessão de crédito quanto nos procedimentos de cobrança, através da utilização de modelos de crédito mais robustos e assertivos aliados ao uso mais intenso de inteligência artificial e novas parcerias, além de uma comunicação dirigida aos clientes com instrução de pagamentos em sites/mídias sociais e criação de canais para pagamento de futuras, os quais perduram para o ano de 2021 e desenvolvimento de plataformas digitais para interação

com os clientes. Apesar de ainda haver inerente incerteza quanto ao desfecho da pandemia, o avanço da vacinação tem trazido uma perspectiva de melhora no cenário econômico global e brasileiro, em função da redução do número de casos com maior gravidade, do menor grau de restrição de mobilidade e da retomada do comércio e demais atividades. Em 31 de dezembro de 2021, o total de ativos atingiu R\$586,4 milhões (R\$522,1 milhões em 2020), representados, basicamente, por operações de crédito no montante de R\$527,4 milhões (R\$396,4 milhões em 2020) e a receita com operações de crédito atingiu o montante de R\$332,5 milhões (R\$270,5 milhões em 2020). No exercício, a M PAGAMENTOS apurou o lucro líquido de R\$32,6 milhões (R\$6,3 milhões de prejuízo em 2020) lucro este decorrente da retomada das operações com a reabertura do mercado e ações mencionadas acima. O patrimônio líquido em 31 de dezembro

de 2021 é de R\$77,3 milhões (R\$75,4 milhões em 2020). No exercício findo de 31 de dezembro de 2021, os principais impactos para a M PAGAMENTOS, adicionais aos mencionados acima, foram: redução no provisionamento de perdas, diretamente relacionado a ligação de clientes e que foram classificados para perdas efetivas no primeiro semestre de 2021 e classificados a recebíveis em março e setembro de 2021 referentes a operações de créditos já cessados e perdas em exercícios anteriores pelo valor de R\$37,3 milhões. O gerenciamento de riscos conta com políticas e manuais de procedimentos que estabelecem as principais diretrizes que devem ser observadas nas atividades. As informações acerca da estrutura de Gestão de Riscos estão descritas no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.saxfinanciera.com.br, São Paulo, 29 de março de 2022. Administração

Balancos patrimoniais - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$)			
	Nota explicativa	2021	2020
Ativo			
Circulante.....		546.945	495.168
Disponibilidades.....	4	772	488
Aplicações Interfinanceiras de liquidez.....	4	99.134	229.116
Aplicações no mercado aberto.....		99.134	229.116
Operações de crédito.....		191.346	244.136
Setor privado.....	5.1	522.323	394.974
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	5.7	(145.977)	(150.838)
Outros créditos.....	6	70.693	21.428
Rendas a receber.....	6	3.710	4.052
Operações de <i>confirming</i>		44.800	-
Diversos.....		22.183	17.376
Não circulante.....		39.459	26.966
Realizável a longo prazo.....		33.912	26.723
Operações de crédito.....		4.806	1.502
Setor privado.....	5.1	5.059	1.510
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	5.7	(253)	(9)
Outros créditos.....	6	27.451	24.920
Outros valores e bens.....	6	1.655	301
Despesas Antecipadas.....		1.655	301
Imobilizado de uso.....	7.1	187	57
Outros imobilizados de uso.....	7.1	462	319
(Depreciações acumuladas).....	7.1	(275)	(262)
Intangível.....	7.2	5.360	186
Ativos intangíveis.....	7.2	7.725	1.630
(Amortização acumulada).....	7.2	(2.365)	(1.444)
Total do ativo.....		586.404	527.134

Balancos patrimoniais - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$)			
	Nota explicativa	2021	2020
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante.....		123.964	223.750
Recursos de aceites.....		83.305	204.172
Obrigações por emissões de letras câmbio.....	8	83.305	204.172
Depósitos.....		9.557	-
Operação em certificado de depósito bancário - CDB.....	10	9.557	-
Outras obrigações.....		31.102	19.578
Títulos e previdenciárias.....	11.1	3.338	1.168
Sociais e estatutárias.....	13	7.747	1.063
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....		569	25
Diversas.....	11.2	19.448	17.322
Não circulante.....		385.092	222.973
Recursos de aceites.....		17.032	95.071
Obrigações por emissões de letras câmbio.....	8	17.032	95.071
Depósitos.....		366.219	126.562
Operação em certificado de depósito bancário - CDB.....	10	278.114	43.571
Depósitos a prazo com garantia especial.....	9	88.105	82.991
Provisão para passivos contingentes.....	12	1.841	1.340
Patrimônio líquido.....		77.348	75.411
Capital social.....	13	69.000	69.000
Reservas de lucros.....		8.348	6.411
Total do passivo e patrimônio líquido.....		586.404	527.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$)					
Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Especiais de Lucros		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.....	69.000	-	-	-	69.000
Prejuízo do exercício.....	-	13.799	6.242	(6.325)	(6.325)
Dividendos distribuídos (*).....	-	-	-	(6.242)	(6.242)
Destinações:					
Absorção de prejuízos acumulados.....	-	(10.800)	-	10.800	-
Reserva legal.....	-	224	-	(224)	-
Reserva especial de lucros.....	-	-	3.188	(3.188)	-
Dividendos propostos.....	-	-	-	(1.063)	(1.063)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.....	69.000	3.223	3.188	-	75.411
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	32.621	32.621
Dividendos distribuídos.....	-	-	-	(2.937)	(2.937)
Dividendos e lucros pagos antecipadamente.....	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Destinações:					
Reserva legal.....	-	1.631	-	(1.631)	-
Reserva especial de lucros.....	-	-	23.243	(23.243)	-
Dividendos propostos.....	-	-	-	(7.747)	(7.747)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.....	69.000	4.854	3.494	-	77.348
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2020.....	69.000	4.379	16.728	-	90.107
Lucro líquido do semestre.....	-	-	-	9.496	9.496
Dividendos e lucros pagos antecipadamente.....	13	-	(20.000)	-	(20.000)
Destinações:					
Reserva legal.....	-	475	-	(475)	-
Reserva especial de lucros.....	13	-	6.766	(6.766)	-
Dividendos propostos.....	13	-	-	(2.255)	(2.255)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.....	69.000	4.854	3.494	-	77.348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2021

1. Contexto operacional: A M PAGAMENTOS S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("M PAGAMENTOS", "Sociedade" ou "CFI"), anteriormente denominada SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, tem como objetivo atuar no mercado de crédito, financiamento e investimento no segmento varejista, concedendo empréstimos para pessoas físicas. O seu capital foi subscrito e integralizado em 25 de maio de 2005 e, em 21 de setembro do mesmo ano, a Sociedade foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, tendo iniciado suas operações em 22 de maio de 2006. As operações são conduzidas em conjunto com as Empresas do grupo Marisa Lojas S.A. ("Marisa" ou "Grupo Marisa"), que atuam predominantemente no mercado varejista, e com quem a Sociedade compartilha a estrutura necessária para a operacionalização de suas atividades. Consequentemente, os resultados apresentados e a posição patrimonial poderiam ser diferentes caso essas operações tivessem sido realizadas com partes não relacionadas. Em maio de 2021, a Administração do Grupo Marisa efetuou a alteração da razão social de suas controladas diretas e indiretas em função do processo estratégico de remodelação da área de produtos e serviços financeiros: Denominação anterior Ração social atual

CLUB Administradora de Cartões de Crédito Ltda. M CARTÕES Administradora de Cartões de Crédito Ltda. SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento M PAGAMENTOS S.A. Crédito, Financiamento e Investimento MAX Participações Ltda. M BANK Participações Ltda. Em 4 de dezembro de 2008 o Grupo Marisa celebrou com o Banco Itaú Holding Financeira S.A., por meio de sua controlada Banco Itaú S.A. ("Itaú"), "Acordo de Associação", que descreve as premissas de um acordo operacional pelo prazo de 10 anos, que possibilita ao Itaú o direito de preferência a oferta de concessão de empréstimo pessoal aos clientes da Marisa, operação que atualmente é oferecida pela M PAGAMENTOS. Caso o Itaú recuse a concessão do empréstimo pessoal a algum cliente, a M PAGAMENTOS poderá atender o Itaú, a esses clientes, de acordo com seus critérios de análise cadastral. O referido "Acordo" garante, também, ao Itaú, o direito de preferência na aquisição de créditos existentes na carteira da M PAGAMENTOS. Em 29 de setembro de 2015, foi realizado o segundo aditamento ao acordo de associação, o qual prorrogou por mais 10 anos a vigência do referido acordo. Até o momento todas as operações de empréstimo pessoal comercializadas nas lojas da Marisa são efetuadas pela M PAGAMENTOS e conforme garantido no referido acordo, o Itaú poderá optar em oferecer esta modalidade de crédito a qualquer momento durante a vigência do referido acordo. Até 31 de dezembro de 2021, o Itaú não exerceu suas preferências de aquisição de operações atreladas ao contrato. **1.1. Ações e impactos causados pela pandemia do Covid-19** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou como pandemia em escala mundial o surto do Coronavírus (Covid-19). O aumento significativo dos casos de Covid-19 no Brasil resultou no fechamento temporário das lojas físicas da Marisa Lojas S.A. em determinados períodos de 2020 e 2021, conforme determinações governamentais. A Administração do Grupo Marisa constantemente tem avaliado os potenciais impactos do Covid-19 nas áreas administrativas e de operações (lojas e centros de distribuição) e tomou algumas medidas visando frear a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos, aprimorando o canal *online* através de uma plataforma robusta para comportar o aumento de demanda das lojas físicas para o meio digital, entre diversas outras medidas. Apesar de ainda haver inerente incerteza quanto ao desfecho da pandemia, o avanço da vacinação tem trazido uma perspectiva de melhora no cenário econômico global e brasileiro, em função da redução do número de casos com maior gravidade, do menor grau de restrição de mobilidade e da retomada do comércio e demais atividades. No entanto, a Administração da M PAGAMENTOS e M CARTÕES analisou eventuais impactos freas às suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem impactar na continuidade dos negócios, recuperabilidade dos seus ativos financeiros e não financeiros e afetar a mensuração de determinadas estimativas contábeis que pudessem impactar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, detalhadas abaixo. **Risco de continuidade operacional:** A Sociedade não possui evidências de qualquer risco de continuidade operacional, considerando o cenário de projeção de fluxo de caixa elaborado pela Administração. Mesmo ponderando uma avaliação de pior cenário, em 31 de dezembro de 2021, não havia nenhum indicativo de que a Sociedade não teria condições de continuar operando, pelo menos, pelos próximos 12 meses. No entanto, a Administração está monitorando rigorosamente as mudanças nas expectativas de desempenho econômico e de negócios, e que possam afetar a capacidade da Sociedade de atender suas obrigações e/ou levar ao reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de seus ativos. **Recuperabilidade de ativos financeiros - NBC T6.48. Aplicações financeiras:** A Sociedade possui aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras sólidas, conforme detalhado na nota explicativa nº 4, e não são esperadas perdas desses ativos. **Contas a receber (perdas de crédito esperadas):** As perdas esperadas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, considerando o perfil dos clientes e locais de recebimento das faturas a vencer do cartão Marisa e do empréstimo pessoal. Com o fechamento temporário das lojas da Marisa durante todo o período da pandemia, a Sociedade e a M CARTÕES adotaram medidas para o recebimento, como divulgação dos meios digitais para visualização das faturas, abertura de postos de recebimentos nas lojas de rua, parcerias com supermercados, farmácias, entre outros, e com isso ampliou-se os recebimentos de clientes. Durante 2021, um conjunto de ações foram tomadas para garantir a qualidade e rentabilidade de ambas as carteiras, tanto na concessão de crédito quanto na cobrança. Tais medidas incluem um modelo de concessão de crédito mais robusto e, consequentemente, mais assertivo (modelos de *machine learning* com dados do cadastro positivo), ajustes em limites de crédito (na concessão e na manutenção do mesmo), bem como ações de cobranças, manutenção da capacidade instalada de pontos de atendimento e também o uso mais intenso de inteligência artificial para estas ações. Assim, a Sociedade e a M CARTÕES tem controlado os indicadores de forma refletir a expectativa de inadimplência por meio do provisionamento de acordo com a respectiva faixa de risco. Vide movimentação dos valores de perdas de crédito esperadas, na nota explicativa nº 5.g.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das disposições contidas na legislação societária brasileira, associada às normas e instruções do BACEN e estão apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.818, de 30 de maio de 2019, e na Resolução BACEN nº 02, de 12 de agosto de 2020, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas demonstrações financeiras seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de demonstrações financeiras semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo, que inclui o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido e as notas explicativas. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pela Sociedade, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda diferido ativo. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologado pelo BACEN. Desta forma, a Sociedade, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: • CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; • CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16; • CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - Resolução BCB nº 2/20; • CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16; • CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; • CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/11; • CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.207/11; • CPC 24 - Eventos subsequentes - Resolução CMN nº 3.973/11; • CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09; • CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16; • CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.877/20; • CPC 41 - Resultado por Ação - Circular nº 3.958/19; • CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - Resolução CMN nº 4.748/19; • Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. As demonstrações financeiras aqui apresentadas foram elaboradas em conformidade com as exigências e pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e adotados pelo Banco Central do Brasil. Possíveis adoções por parte deste órgão regulador serão apresentadas em demonstrações futuras. A autorização para emissão das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021 foi concedida pela Diretoria em 29 de março de 2022.

3. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: **3.1. Apreciação do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata die" para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. **3.2. Caixas e**

3.3. Cessão de crédito sem coobrigação e outras vantagens: As cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.532 de 31 de janeiro de 2009, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367 de 11 de setembro de 2014, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse normativo, a manutenção ou a baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção ou não substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência. As cessões de crédito com transferência dos riscos e benefícios resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do exercício. **3.6. Outros ativos e passivos circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata die". **3.7. Ativo imobilizado:** É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a taxa anual que contemplam o prazo de vida útil econômica estimado dos bens. As principais taxas anuais de depreciação são 20% para hardwares e 10% para instalações e móveis e utensílios. **3.8. Ativo intangível:** Consiste em investimentos na implementação e customização de um uso de softwares que são amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano. **3.9. Redução do valor recuperável de ativos não monetários:** Estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em exercícios anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores. A Sociedade não teve nenhum ativo sujeito a perda de seu valor recuperável. **3.10. Depósitos e captações no mercado aberto e os recursos de aceites:** Os depósitos, captações no mercado aberto e os recursos de aceite são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die". **3.11. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil e o Pronunciamento Técnico CPC 5 e pela Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Para os riscos civis, as provisões são constituídas sobre o valor envolvido de acordo com percentual definido pela Sociedade através do histórico de liquidação de processos de mesma natureza. O limite máximo de provisão é de R\$4,1 (quatro mil e cem reais), considerando o valor médio de condenação. Para os riscos trabalhistas, as provisões são constituídas também sobre o valor envolvido, quando forem mensuráveis, de acordo com percentual definido pela Sociedade através do histórico de liquidação dos processos. • Os riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgados, e os classificados como remotos não são reconhecidos nem divulgados. **3.12. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável e acrescida de 10% incidentes sobre os lucros tributários, excedentes a R\$240 no exercício. A contribuição social foi apurada sobre o lucro líquido tributável à alíquota de 15% (20% a partir de 15 de julho até 31 de dezembro de 2021, conforme Lei 14.183 de 14 de julho de 2021). Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos, veja nota explicativa nº 6. Os créditos tributários foram constituídos pelas alíquotas vigentes nas datas de expectativa de realizações dos mesmos. **3.13. Resultado por ação:** É apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade de ações. **3.14. Resultados recorrentes e não recorrentes:** São apresentados de forma detalhada componentes do resultado (eventos não recorrentes) que não estão relacionados ou estão relacionados incidentalmente com as atividades típicas da Sociedade, e não estão previstos para ocorrer com frequência em exercícios futuros, conforme nota explicativa nº 20.

4. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa estão compostos da seguinte forma:

	2021	2020
Disponibilidades.....	772	488
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i).....	99.134	229.116
Total.....	99.906	229.604

(i) Em 31 de dezembro de 2021, as operações apresentaram remuneração média de 98,36% do CDI (95,49% 31 de dezembro de 2020) e possuem prazo de vencimento em janeiro de 2022.

5. Operações de crédito: As informações da carteira de operações de crédito, em 31 de dezembro de 2021, estão assim sumarizadas:

5.1. Por operação

	2021	2020
Empréstimo pessoal.....	183.474	117.829
Empréstimo consignado.....	5.955	5.956
Operações financeiras (i).....	337.953	272.700
Total.....	527.382	396.484
Ativo circulante.....	522.323	394.974
Ativo não circulante.....	5.059	1.510
Total.....	527.382	396.484

Em 1º de julho de 2018, houve uma reestruturação financeira envolvendo a M PAGAMENTOS e a M CARTÕES Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (parte relacionada), que consiste na migração das operações com juros originários do Cartão Marisa, que faziam parte, anteriormente, da carteira da M CARTÕES para a carteira da M PAGAMENTOS. Desta forma, todas as operações de vendas com juros por meio do Cartão Private Label Marisa passaram a ser registradas diretamente na M PAGAMENTOS e as operações sem juros do Cartão Marisa foram registradas com frequência em exercícios futuros, conforme nota explicativa nº 20.

5.2. Composição das operações por faixas de vencimento

	2021	2020		
Parcelas a vencer:	% sobre total	% sobre total		
Até 30 dias.....	71.277	13,52	47.268	11,92
De 31 a 60 dias.....	55.879	10,60	36.098	9,10
De 61 a 90 dias.....	48.515	9,20	32.249	8,14
De 91 a 180 dias.....	106.001	20,10	70.480	17,78
De 181 a 360 dias.....	69.580	13,19	48.272	12,18
Acima de 360 dias.....	5.959	0,97	1.536	0,39
Total.....	356.311	67,58	235.903	59,51

Parcelas vencidas:

	2021	2020		
Até 30 dias.....	29.073	5,51	18.731	4,72
De 31 a 60 dias.....	21.863	4,15	10.122	2,55
De 61 a 90 dias.....	17.796	3,37	8.494	2,14
De 91 a 120 dias.....	15.050	2,85	8.480	2,14
De 121 a 150 dias.....	14.976	2,84	8.165	2,06
De 151 a 180 dias.....	14.671	2,78	9.921	2,50
De 181 a 240 dias.....	22.542	4,27	29.188	7,36
De 241 a 300 dias.....	24.582	4,66	42.216	10,65
De 301 a 360 dias.....	10.518	1,99	25.264	6,37
Total.....	171.071	32,42	160.581	40,49
Total.....	527.382	100,00	396.484	100,00

5.3. Concentração das operações

	2021	2020
Dez maiores devedores.....	427	584
Quinquenta maiores devedores.....	569	

...continuação

M PAGAMENTOS S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 07.747.410/0001-40

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15.6. Outras despesas administrativas

	2º Semestre		
	2021	2021	2020
Despesas com serviços do sistema financeiro.....	(1.857)	(3.527)	(3.619)
Despesas com serviços técnicos especializados.....	(3.500)	(7.728)	(8.361)
Despesas com processamento de dados.....	(3.031)	(5.676)	(4.437)
Depreciações e amortizações.....	(694)	(932)	(74)
Despesas de comunicações.....	(241)	(524)	(605)
Despesas de propaganda, publicidade e publicações.....	(1.777)	(3.002)	(903)
Despesas compartilhadas (i).....	(33.226)	(59.797)	(57.883)
Outras.....	(1.787)	(3.196)	(422)
	(46.113)	(84.382)	(76.304)

(i) As despesas compartilhadas referem-se a despesas tais como administrativas e de pessoal, reconhecidas na Marisa para atividades desenvolvidas para a M PAGAMENTOS, as quais são compartilhadas utilizando o critério de rateio definido pela Marisa Lojas S.A., de acordo com a participação de cada empresa sobre a Receita Operacional Líquida do grupo econômico avaliada anualmente.

15.7. Despesas tributárias

	2º Semestre		
	2021	2021	2020
COFINS.....	(7.012)	(12.645)	(11.788)
ISS.....	(275)	(509)	(511)
PIS.....	(951)	(1.866)	(1.916)
	(8.238)	(15.020)	(14.215)

15.8. Outras despesas operacionais

	2º Semestre		
	2021	2021	2020
Contingências cíveis e trabalhistas.....	(326)	(1.164)	(891)
Diversos (i).....	(1.652)	(2.368)	(1.752)
	(1.978)	(3.532)	(2.643)

(i) Do montante de R\$2.368 apurado em "Diversas", 30% (R\$717) referem-se à perdas com fraudes em operações de crédito com o Cartão Marisa (R\$1.116 em 2020).

16. Transações e saldos com partes relacionadas: Os detalhes a respeito das transações entre a Sociedade e suas partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Ativo circulante:				
M CARTÕES - Administradora de Cartões de Crédito Ltda.				
Recebimentos faturas,saque fácil e outros.....	10.233	2.818	10.233	2.818
Marisa Lojas S.A				
Repasso financeiro.....	-	951	-	951
Operações de antecipação de recebíveis (i).....	45.466	-	45.466	-
	55.699	3.769	55.699	3.769

Passivo circulante:

M CARTÕES - Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	(2.573)	(2.271)
Outras obrigações diversas.....	(2.573)	(2.271)

Marisa Lojas S.A	(8)	(10)
Correspondente bancário.....	(11.082)	(10.937)
Despesas compartilhadas.....	(11.090)	(10.947)

M BANK Participações Ltda.

Dividendos a pagar.....	(7.747)	(1.063)
	(7.747)	(1.063)
	(21.410)	(14.281)

(i) Refere-se ao convênio firmado em 31 de agosto de 2021, entre a M PAGAMENTOS e a Marisa para antecipação de recebíveis sob a modalidade de cessão de créditos e outras avenças. Nesta operação, os fornecedores da Marisa podem antecipar seus títulos diretamente com a M PAGAMENTOS, com uma taxa média de desconto de 1,40% e prazo de até 90 dias. (ii) Refere-se às despesas administrativas do Grupo incorridas que são compartilhadas e rateadas entre a Marisa Lojas S.A. e a M PAGAMENTOS, conforme contratos firmados em suas partes. (iii) Receita proveniente de operações de CCB entre M PAGAMENTOS e M CARTÕES, pertinentes às operações de reestruturação financeira.

A DIRETORIA

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e administradores da
M PAGAMENTOS S.A. Crédito, Financiamento e Investimento
 (anteriormente denominada SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento)
 São Paulo/SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da M PAGAMENTOS S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da M PAGAMENTOS S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A diretoria da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com

Resultado: M CARTÕES Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (Coligada)		
Receitas com operações de CCB pré-fixado (iii)	1.391	2.017
Receitas cessão carteira.....	20.435	-
Aluguéis de imóveis.....	-	5
Despesas de Serviços CCB.....	167	3.214
	21.993	5.236

Marisa Lojas S.A. (Controladora indireta)		
Despesas de correspondente bancário.....	160	124
Despesas compartilhadas (ii).....	59.798	57.883
	59.958	58.007
	81.951	63.243

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a M PAGAMENTOS não realizou pagamento de prêmios ou comissões à diretoria e à administração.

17. Limites operacionais: Conforme Resolução CMN nº 4.193, de 1º de março de 2013 e Circular Bacen nº 3.477, de 24 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), e à adequação ao Patrimônio de Referência (PR), o Índice da Basileia para a data-base de 31 de dezembro de 2021 é 14,28% (14,91% em 2020).

18. Gerenciamento de risco: A abordagem integrada para gestão de riscos da Sociedade compreende a adoção de instrumentos que permitem o efetivo controle dos riscos incorridos, organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada. O controle dos riscos abrange todas as exposições às linhas de negócio vigente, agrupadas nas seguintes categorias de riscos: mercado, liquidez, crédito, capital e operacional, fundamentalmente segregado das áreas de negócios e auditoria interna. Os níveis de exposição são monitorados diariamente por meio de uma estrutura de limites de aceitação de risco, através de um processo de gestão e controle, que atribui responsabilidades às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos. O resultado financeiro é apurado através dos controles que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados. A área de gestão de riscos, adota os fundamentos: • Visão

integrada de riscos: • Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido; • Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das melhores práticas de mercado; e • Constante envolvimento da Alta Administração. Para reduzir os efeitos do risco operacional o Plano de Continuidade de Negócios (PCN), é fundamentado em uma estrutura de processos contingenciais que asseguram a continuidade de seus negócios face a complexidade dos seus negócios. O gerenciamento de riscos conta com políticas e manuais de procedimentos que estabelecem as principais diretrizes que devem ser observadas nas atividades. Aprovado pela Alta Administração, a gestão de riscos tem os critérios definidos e os limites estabelecidos no conjunto de documentos citado acima, divulgado internamente (intranet) a todos os colaboradores e revisados e atualizados com periodicidade mínima anual, ou quando necessário devido mudanças nos objetivos e estratégias do negócio ou na metodologia de gestão do risco. Em cumprimento ao art. 17º da Circular Bacen nº 3959 de 2019, a Sociedade realizou análise de sensibilidade de seus principais ativos e passivos, conforme os cenários elencados abaixo: • Cenário I: consideramos uma elevação da qualidade do crédito em 10% (PCLD menor), redução de taxas de captação em 10%, redução nas provisões para contingências em 10%. • Cenário II: considera uma piora da qualidade do crédito em 10% (PCLD maior), aumento de taxas de captação em 10%, aumento nas provisões para contingências em 10%. • Cenário III: considera uma piora da qualidade do crédito em 20% (PCLD maior), aumento de taxas de captação em 20%, aumento nas provisões para contingências em 20%.

	Efeito bruto no resultado		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	(14.623)	14.623	29.246
Taxa de captação.....	(5.492)	5.492	10.984
Provisão para passivos contingentes.....	(184)	184	368

Adicionalmente em cumprimento à Resolução CMN nº 4.193 de 2013, informações acerca da estrutura de Gestão de Riscos estão descritas no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico da Sociedade.

19. Resultados não recorrentes: Não foram identificados resultados não recorrentes para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, exceto pelas cessões de recebíveis mencionadas na nota explicativa nº 5.8.

CONTADORA: Debora Aversoni Branco Pedro - CRC SP253347/0-4

e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2022.



ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.S.
 CRC-2SP015199/0-6

Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
 Contador CRC-1SP300534/0-8

Documento assinado digitalmente
 conforme MP nº 2.200-2 de
 24/08/2001, que institui a Infraestrutura
 de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
 04067191000160 em 30/03/2022 16:54

A autenticidade deste documento
 pode ser conferida através do QR Code
 ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/03/30/M/PAGAMENTOS1561342230032022.pdf>
 Hash: 1648583654efd33893cdf44ccdad7da1cb7ed9a2a1